



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7032

**Presidente da Mesa Diretora:** Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado, não tramitado

**Autoria:** Maria de Fátima Pereira Macedo

**Data:** 03/04/2007

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 99/2007. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre critérios para a exploração dos serviços de transporte de terra e entulho no município de Montes Claros e dá outras providências.

**Controle Interno – Caixa:** 26.4      **Posição:** 57      **Número de folhas:** 06

---

Esécie: PL  
Categoria: não tramitado  
Cl: 26.4  
Ordem: 57  
nº fls: 04



# Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº **99** /2007

AUTOR:

Vereadora – Maria de Fátima Pereira Macedo

ASSUNTO:

**Dispõe sobre o Transporte de Terra e Entulho e dá Outras Providências.**

## MOVIMENTO

Entrada em – 03/04/2007  
Comissão Legislação e Justiça

- 1 - \_\_\_\_\_
- 2 - \_\_\_\_\_
- 3 - \_\_\_\_\_
- 4 - \_\_\_\_\_
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Gabinete da Vereadora Fátima Pereira**

## **Projeto de Lei n.º 2007.**

### **“DISPÕE SOBRE O TRANSPORTE DE TERRA E ENTULHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º**- Ficam a pessoa jurídica e a pessoa física que operam com o transporte de terra e entulho obrigados a trabalhar com veículo cadastrado em órgão do Poder Executivo deste Município.

**Art.2º**- A operação do transporte de terra e entulho deverá ser licenciada pela Prefeitura de Montes Claros e controlada por meio de formulário emitido pelo órgão competente do Executivo Municipal.

**§1º**- O Executivo fornecerá ao requerente um formulário para cada 6m3 (seis metros cúbicos) de terra e entulho a serem transportados.

**§ 2º**- O local receptor de terra e entulho será determinado pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal.

**§ 3º**- O Executivo dará por encerrada a remoção após a devolução do formulário carimbado e assinado pelo receptor beneficiado pelo serviço.

**§ 4º**- Fica o transportador de terra e entulho obrigado a descarregar o material no local, público ou privado, autorizado pelo Poder Executivo Municipal.

**Art.3º**- Os proprietários dos terrenos privados receptores de terra e/ou entulhos, também deverão ser cadastrados pelo órgão do Poder Executivo Municipal, para receberem o benefício.

**Art.4º**- O veículo autorizado para a operação do transporte de terra e entulho poderá trafegar com carga máxima de 6m3 (seis metros cúbicos).

**Parágrafo único** - O veículo com capacidade inferior ou superior a 6m3 (seis metros cúbicos) deverá obter licença e formulário especial para execução do serviço de que trata esta Lei.

**Art.5º** - A operação do transporte de terra e entulho será realizada de segunda-feira a sábado, no horário de 7 (sete) às 19 (dezenove) horas.

**Art.6 º** - O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator às seguintes penalidades:

- I - advertência, na primeira autuação;
- II - multa de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIRs -, na reincidência;
- III - multa de 2.000 (duas mil) UFIRs, na segunda reincidência;
- IV - cassação do cadastro do veículo e do alvará da obra, na terceira reincidência;
- V - apreensão do veículo e do maquinário utilizados para remoção de terra e entulho.

**Parágrafo único** - Caberá ao infrator remover imediatamente o material depositado em local não autorizado.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

## **Gabinete da Vereadora Fátima Pereira**

**Art.7º** - O cadastramento e a concessão de formulário aos transportadores será as expensas do Poder Executivo, podendo esse apenas cobrar taxa de expediente do proprietário do terreno beneficiado pelo aterramento.

**Art.8º** - O Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

**Art.9º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros - MG, 22 de março de 2007.

  
**Fátima Pereira Macedo**  
Vereadora



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 03 DE ABRIL DE 2007  
  
PRESIDENTE





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **SALA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 99/2007**

**AUTORA:** Ver. Maria de Fátima Pereira Macedo

**MATÉRIA:** Dispõe sobre o Transporte de Terra e Entulho e dá Outras Providências.

#### **I- RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Nº 99 /2007 de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo, "**Dispõe sobre o Transporte de Terra e Entulho e dá Outras Providências**".

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 03/04/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 05/04/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei, em análise, estabelece normas para o transporte de terra e entulho no Município.

Convém ressaltar que iniciativa de leis, como a da referida proposição, que trata de matéria vinculada à organização administrativa dispondo sobre normas concernentes a atribuições de órgãos da Administração Pública, bem como matéria orçamentária é competência exclusiva do Executivo Municipal, conforme estabelece o art. 51, incisos III. e IV da Lei Orgânica Municipal.

Desta forma, a Comissão entende que o presente projeto incide em vício de iniciativa, contrariando normas legais e ou constitucionais.

#### **III – CONCLUSÃO**

Ante ao exposto, esta Comissão, conclui pela ilegalidade e inconstitucionalidade do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2007.

Ver. Sebastião Ildeu Maia – Presidente: \_\_\_\_\_

Ver. Ademar de Barros Bicalho – Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

Ver. Eurípedes Xavier Souto – Relator: \_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2007 QUE “Dispõe sobre o transporte de terra e entulho e dá outras providências,” de autoria da vereadora Fátima Pereira Macedo.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


O projeto em comento disciplina o transporte de terra e entulho no Município de Montes Claros.

Nos termos do projeto em comento são criadas várias atribuições para o Poder Executivo, inclusive com a criação de despesas no que o mesmo estaria violando os dispositivos da LOM, posto que, além de criar novas despesas para o Poder Executivo, estaria intervindo em Secretaria Municipal, o que também é vedado.

Em face ao exposto, o Projeto de Lei fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e, infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 04 de abril de 2007.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78.605